

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Extensão Rural: trajetórias e desafios

Organizadores:

Alberto Bracagioli Neto

Flávia Charão-Marques





**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Luciane Delani

Conselho Editorial

André Luís Prytoluk

Andre Luiz Netto Ferreira

Angela de Moura Ferreira Danilevicz

Carlos Gustavo Tornquist

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Leandro Raizer

Mônica Zielinsky

Sergio Roberto Kieling Franco

Simone Sarmiento

Stella de Faria Valle

Luciane Delani, presidente

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Extensão Rural: trajetórias e desafios

Organizadores:

Alberto Bracagioli Neto

Flávia Charão-Marques



© dos autores

1.ª edição: 2023

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:

Leonéia Hollerweger, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Leonéia Hollerweger e Ely Petry

Revisão: Equipe de Revisão da SEAD

Capa: Ely Petry

Editoração eletrônica: Ely Petry

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



E96 Extensão rural: trajetórias e desafios [recurso eletrônico] / organizadores Alberto Bracagioli Neto [e] Flávia Charão-Marques ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.
244 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

1. Agricultura. 2. Extensão rural. 3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento rural. 5. Políticas públicas. 6. Gestão rural. 7. Assistência técnica. 8. Trabalho social. 9. Comunicação. I. Bracagioli Neto, Alberto. II. Marques, Flávia Charão. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 631.1

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-097-6

2

Extensão e comunicação: um debate sobre desenvolvimento

Ilza Girardi, Ângela Camana e Eloisa Beling Loose

Por muito tempo, extensão e comunicação foram apresentadas como um binômio cuja finalidade última seria a transformação da sociedade ou, em outras palavras, desenvolvê-la. O que está em jogo, então, nos

debates teóricos e metodológicos acerca de ambos é o modelo de desenvolvimento que se deseja. No caso brasileiro, esse imbricamento se fez ainda mais evidente, considerando as experiências de intervenção que marcaram o mundo rural, especialmente no que diz respeito ao período da modernização (conservadora) da agricultura, quando o caráter difusionista predominava nas teorias e nas práticas extensionistas e comunicacionais. Isto é, caberia ao extensionista desenhar e implementar estratégias de intervenção, o que passava necessariamente pela produção e circulação de mensagens para o público no campo — o que denota uma compreensão bastante instrumental da comunicação e, em última instância, da própria extensão rural.

Com o passar dos anos e a discussão sobre o que seria, de fato, desenvolvimento, a comunicação nessa área também se alterou, passando de um modelo monológico para outro que valoriza o diálogo e a autonomia dos sujeitos, sobretudo no momento da recepção. Até mesmo a nomenclatura de estudos nessa área, antes conhecida como *comunicação rural*, passou a ser internacionalmente denominada como *comunicação para o desenvolvimento*,¹ reforçando esse elo entre os processos comunicativos e suas finalidades.

Neste capítulo buscaremos evidenciar as tensões entre o binômio comunicação e extensão, enfatizando suas especificidades, assim como demarcar historicamente as ênfases comunicacionais dadas a partir das concepções de desenvolvimento. Para tanto, a primeira seção buscará historicizar essa relação a partir de um debate conceitual e de seus desdobramentos teóricos e analíticos. Em um segundo momento, iden-

1 A expressão é conhecida também pela sigla C4D, abreviatura do inglês para *communication for development*.

tificaremos como esse debate emerge no Brasil em um contexto de políticas que visavam a modernização da agricultura, ao que se segue uma seção crítica ao modelo difusionista e seus efeitos, assim como apontamentos sobre estudos mais contemporâneos. Por fim, teceremos alguns comentários sobre os desafios e perspectivas que envolvem as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e um entendimento de desenvolvimento que precisa estar, necessariamente, alinhado com o debate ambiental.

RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO NO CONTEXTO RURAL

Ainda que, de forma ampla, contemporaneamente as ideias de comunicação e extensão rural possam convergir no sentido de promover informações e conhecimentos no campo (Silva, 2019), sendo acionadas até mesmo como sinônimos, é preciso apontar que o processo comunicativo se dá nas diferentes escalas e setores, sendo algo intrínseco aos sujeitos sociais. Wolton (2004) aponta que a comunicação é uma necessidade antropológica fundamental, embora veja também sua dimensão funcional (relacionada ao trabalho de difusão e transmissão), entendendo o processo em sua dupla constituição. Entretanto, por muito tempo, a extensão rural foi caracterizada como forma de transmissão de informações, reduzindo a concepção de comunicação a apenas uma de suas facetas — e ainda calcada em pressupostos do passado.

Os primeiros entendimentos de extensão partiam de uma visão que já estava sendo questionada sobre a comunicação. Para o campo comunicacional, hoje é indiscutível que o processo de mediação das mensagens seja circular, ou seja, dependa tanto do emissor quanto do receptor, afinal este último tem um papel ativo de interpretação daquilo que é produzido por quem emite. Contudo, as primeiras teorias da Comunicação (desenvolvidas a partir dos anos 1920, quando a sociedade convivia com a eclosão dos meios massivos, como cinema e rádio) partiam de um entendimento diferente, no qual aquele que emitia as mensagens teria vantagem em relação aos seus destinatários. Foi essa concepção que embasou a perspectiva extensionista amplamente propagada no Brasil, mesmo que nos anos 1960 já existissem alguns estudos que buscavam relativizar esse poder por parte dos emissores das mensagens.

Freire (2011) é um dos autores que desafia essa simbiose, e segue sendo referência sobre essa discussão. O autor percebe *comunicação* e *extensão* como conceitos antagônicos, remetendo à extensão a ideia de transmissão, transferência de conteúdos, sem considerar o agricultor um sujeito capaz de negociar, interpretar ou mesmo rejeitar as mensagens oriundas dos técnicos. Tal prática, que pode ser considerada um mecanismo autoritário, valida aquele que detém o saber técnico e impõe novos modos de fazer e de se relacionar com a terra, silenciando os que lá vivem como repositórios vazios, já que não reconhecem as vivências e saberes derivados do contato com a natureza.

As primeiras compreensões de extensão rural, observadas por Freire (2011), equiparam-se ao modelo comunicacional unidirecional, que desconsidera como a mensagem será interpretada por quem a recebe. Nessa abordagem, o emissor tem clara vantagem sobre o receptor, que apenas incorporaria a mensagem emitida. Não há experiência dialógica, ou seja, não se espera reciprocidade ou espaço de compartilhamento. Ao contrário, há uma tentativa de “domesticação” dos sujeitos por meio da persuasão:

Persuadir implica, no fundo, um sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e um objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. Neste caso, o sujeito é o extensionista; o objeto, os camponeses. Objetos de uma persuasão que os fará ainda mais objetos da propaganda (Freire, 2011, p. 23).

Tal prática comunicativa que presume uma partição entre sujeito e objeto só é possível quando consideramos que a extensão tem como finalidade última a transferência de tecnologias: há que se persuadir sujeitos e comunidades a adotar pacotes pré-determinados. Logo, a comunicação, nos primórdios da extensão, era vista apenas no sentido transmissivo.

No entanto, para além do difusionismo, que marca a popularização da extensão, outras modalidades extensionistas são possíveis — o que implica em um debate que entrelaça pedagogia e comunicação. É na esteira dessa relação que alguns dos principais nomes da Comunicação Rural elaboram suas obras e definições, como é o caso de Juan Díaz Bordenave (1983), pensador peruano com ampla circulação no Brasil. Em sua definição, a comunicação rural é indissociável da participação.

Comunicação Rural é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural. [...] Há fluxos verticais e horizontais, unilaterais e multilaterais. Os protagonistas principais da comunicação rural são a população rural, o Estado e as empresas relacionadas com a agricultura (Bordenave, 1983, p. 7).

Assim, para esse autor, a comunicação rural é uma prática que excede a transmissão de informação, simplesmente. Por essa mesma razão, a perspectiva de comunicação é o que transforma a extensão rural e a permite assumir um caráter educativo.

A participação a que Bordenave (1983) se refere, portanto, é sempre um meio de transformação social, o que leva o autor à compreensão de que a comunicação rural é uma comunicação para o desenvolvimento.² É nesta seara de debates que, no Brasil, se funda uma tradição reflexiva baseada em pesquisas e práticas comunicacionais dialógicas.

Do ponto de vista institucional, é na década de 1980 que surge o Grupo de Trabalho de Comunicação Rural no Congresso da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), entidade de grande prestígio no campo da Comunicação. Neste espaço de encontros nacionais é que se fundam algumas das principais discussões da área, publicadas em livros que hoje são referências ines-

² Note-se que também no modelo difusionista o que está em jogo no extensionismo é o desenvolvimento. Evidentemente que a noção do que seja o desenvolvimento é distinta na proposta comunicativa de Bordenave (1983), mas também nela não há maiores problematizações da ideia: para além de identificar as causas do subdesenvolvimento, há que se buscar soluções para superá-lo. Para o autor peruano, isso se faz por meio de processos pedagógicos participativos, tensionando o status quo.

capáveis, como o *Estudos de comunicação rural* (Silveira; Canuto, 1988) e *Comunicação rural: discurso e prática* (Braga; Kunsh, 1993). De acordo com o resgate histórico realizado por Callou (2001), essas primeiras décadas de discussão sobre comunicação rural no Brasil, no âmbito da Intercom, são marcadas pelo debate sobre o papel da comunicação diante de diferentes modelos de desenvolvimento, seja na difusão de pacotes tecnológicos ou na construção de alternativas de comunicação popular.

Somente em 1990 que as discussões experimentadas neste grupo se aproximam da pauta ambiental e ecológica, o que indica transformações e desafios colocados ao campo do extensionismo e da comunicação rural. O referido GT não existe mais, mas há outro que abrange as discussões comunicacionais “[...] frente aos processos atuais de exclusão social e às dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas”, chamado Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local.³

De todo modo, por sua abrangência de temas e pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, as obras editadas no âmbito da Intercom são, ainda, testemunhos da história da crítica à comunicação e extensão rural brasileiras — panorama sobre o qual nos debruçamos na seção a seguir.

3 INTERCOM. GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/gps1/gp-comunicacao-e-desenvolvimento-regional-e-local>. Acesso em: 21 ago. 2022.

AS PERSPECTIVAS EXTENSIONISTAS NO BRASIL E SEUS DIÁLOGOS COM A COMUNICAÇÃO

Como já mencionado, quando os estudos na área da Comunicação começaram a ser desenvolvidos na América Latina, nos anos 1960, havia uma forte influência das teorias norte-americanas, conhecidas como *Mass Communication Research* ou *Teoria Funcionalista*. Estas percebiam os sujeitos receptores dos conteúdos como passivos (Berger, 2008). Isso significa que as mensagens elaboradas e enviadas pelos emissores eram automaticamente assimiladas pela audiência, que não era vista como ativa.

Dessa forma, sob essas teorias, propagandas políticas e interesses comerciais eram inculcados na população por meio de mensagens midiáticas, já que havia o entendimento de que os meios de comunicação seriam onipotentes (França; Simões, 2016). Com o passar do tempo e o desenvolvimento de novas investigações, verificou-se que esse poder atribuído à comunicação massiva é limitado, sendo necessário considerar a ação dos sujeitos e outros fatores, como contexto socioeconômico e interesses pessoais, por exemplo.

O extensionismo brasileiro também partiu do modelo norte-americano. Instituído formalmente em 1948, sua primeira fase pode ser caracterizada como uma prática humanista assistencialista, que visava melhorar a qualidade da vida dos agricultores com redução de mão de obra, porém sem uma visão crítica a respeito da vida no campo (Junges; Pelegrini, 2014). Tal visão foi sucedida por uma extensão rural orientada

para a difusão de inovações, a partir dos anos 1960. É essa corrente, conhecida por difusionista, que conecta a Teoria Funcionalista da Comunicação com outra, mais ampla, chamada Teoria da Modernização.

Com o intuito de desenvolver os países chamados de “Terceiro Mundo”, foi introduzido um pacote tecnológico que prometia tirar do atraso as comunidades rurais, tornando-as modernas. Nesse período, demarcou-se a oposição entre campo e cidade (ou rural e urbano), sendo as práticas e lógicas do primeiro associadas àquilo que é atrasado, enquanto os sentidos de progresso ficam atrelados ao espaço urbano. O difusionismo assumiria o papel de, por meio da comunicação, promover a modernização dos países ditos atrasados, que naquela época tinham uma grande parcela da população vivendo nas áreas rurais. A difusão de ideias inovadoras e capazes de alavancar mudanças de comportamento foi amplamente incentivada pelo Estado, que defendia tais políticas por meio de órgãos oficiais como a Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural). A concepção tecnocrática do difusionismo articula-se com o entendimento de que os receptores apenas reagirão aos estímulos formulados pelos produtores.

Como a perspectiva norte-americana é calcada no behaviorismo (ou abordagem comportamentalista), a comunicação difusionista (que se confundia com a própria ação de extensão) entendia que para cada ação haveria uma reação (por meio de certos estímulos, poderiam alcançar dadas respostas). Como em alguns países, como o Brasil, o acesso aos meios de comunicação nas áreas rurais era raro, pensou-se em realizar a transmissão por meio de agentes de extensão, com estratégias calcadas na relação face a face (Melo, 1977). Caporal e Ramos (2006)

apontam que seguindo esse pressuposto de condicionamento, foram desenvolvidos materiais específicos (carta circular, visita, reunião, unidades de observação e demonstrativa, dias de campo) com o intuito de convencer os trabalhadores do campo a alterar seus modos de vida.

A comunicação, a partir desse olhar, é instrumentalizada para obter os resultados esperados em escala nacional pela Revolução Verde, que buscou introjetar uma série de inovações tecnológicas nos modos de produção, como as sementes geneticamente modificadas, os maquinários agrícolas e os agrotóxicos. Todo saber oriundo da experiência daqueles que cultivam a terra foi ignorado em prol da imposição de uma forma de ser alinhada com a ciência e tecnologia. Shiva (2016) destaca que a Revolução Verde foi apontada como uma conquista tecnológica e política, já que o fomento da abundância de alimentos estava ligado à paz. Contudo, ao se verificar que a ampliação da produtividade não impedia conflitos, porque o sistema provocou rupturas e gerou aprofundamento de problemas sociais, houve a separação entre a esfera tecnocientífica e a social: “A ciência da Revolução Verde foi oferecida como uma receita ‘milagrosa’ para a prosperidade. Mas quando o descontentamento e a escassez surgiram, a ciência foi desvinculada dos processos econômicos” (Shiva, 2016, p. 19 [tradução livre]).⁴

Silva (2019, p. 20) assinala que, apesar da propaganda favorável, que apontava para o sucesso da modernização agrícola nos anos 1980, “[...] dado crescente aumento da produtividade, caracterizando o Brasil como “celeiro do mundo” em função dos volumes recordes de exportação de commodities agrícolas”, o processo agravou as desigualdades

4 No original: “The science of the Green Revolution was offered as a ‘miracle’ recipe for prosperity. But when discontent and new scarcities emerged, science was delinked from economic processes” (Shiva, 2016, p. 19).

sociais, já que as políticas de crédito não alcançavam os agricultores familiares. E isso não ocorreu apenas no Brasil, mas em todos os países que foram induzidos por uma falsa ideia de progresso e que acreditavam que a ciência e tecnologia poderia, por si só, extinguir com a fome no mundo.

Vale ressaltar que, apesar de receber um estatuto privilegiado de neutralidade, o campo científico também é atravessado por interesses e disputado por forças sociais. Como sinaliza Shiva (2016), a ciência oferece soluções tecnológicas para a sociedade, mas se abstém de novos problemas que podem ser decorrentes de tais respostas, isolando-os de seus objetivos positivos. Assim, fica imune da crítica e responsabilização social de seus próprios atos — como ocorreu globalmente com o avanço da Revolução Verde.

O modelo difusionista, que por muito tempo prevaleceu como ideal e prática na extensão rural do país, apreende a comunicação de forma estritamente funcional, isto é, assume a comunicação como um conjunto de técnicas com vistas à transmissão de uma mensagem modernizante. Essa compreensão mecanicista é tributária das teorias comunicacionais norte-americanas e, já na década de 1970, foi severamente criticada por pensadores como Luiz Ramiro Beltrán e Juan Díaz Bordenave, que apontavam os limites de tais proposições diante do contexto latino-americano.

Soma-se a isto a crítica dirigida às formas como o modelo difusionista assume o desenvolvimento, que, em última instância, implica uma apreensão reducionista dos sujeitos “desenvolvíveis”.

Considerando, portanto, que o desenvolvimento [para a perspectiva difusionista] ocorre de fora para dentro, não é de se estranhar que o modelo comunicativo presente nesta corrente caracterize-se por ser um processo vertical e unidirecional, e o subsistema rural seja considerado como um polo passivo e depositário das técnicas e ideias da modernização externamente definidas (Oliveira, 1988, p. 39-40).

Assim, o que está em jogo para o modelo de extensão difusionista é a persuasão dos sujeitos “atrasados” à adoção de pacotes tecnológicos concebidos como mais adequados. A essa corrente de pensamento e de práticas não interessa a participação ativa dos indivíduos na construção do conhecimento e da significação, isto é, uma comunicação que se faça criticamente (Freire, 2011). Desse modo, o modelo de extensão difusionista foi partícipe da modernização conservadora da agricultura, como define Delgado (2012), na medida em que corroborou a manutenção das desigualdades presentes no Brasil, sem se preocupar com transformações de fundo.

É dessa crítica ao modelo colocado que, a partir dos anos 1980, surge uma perspectiva de extensão com vistas à mudança social, que assume a comunicação para além do mecanicismo. Em diálogo com a obra freiriana e novas perspectivas teóricas da comunicação, centradas no debate latino-americano, o modelo que ficou conhecido como de transformação estrutural rejeita a ideia de persuasão e engaja-se na busca por alternativas de comunicação que escapem à lógica unidirecional. O que se coloca, então, é uma prática de comunicação conectada aos saberes e às demandas de setores populares, que até então eram entendidos como meros repositórios de informação

proveniente dos ideais da Revolução Verde. De acordo com Oliveira (1988), a vertente estrutural da Comunicação Rural se ocupava também de denunciar as associações entre atores econômicos, políticos e culturais que imperavam nas organizações de comunicação tradicionais.

Essa fase do extensionismo elabora uma abordagem crítica, sobretudo a partir do debate trazido por Paulo Freire, que articula os processos de comunicação e educação em oposição ao sistema transmissivo e autoritário, então associados à extensão. Freire (2011) apresenta a invasão cultural como uma das características da antidialogicidade, de modo a explicitar como a extensão difusionista avança sobre os indivíduos e seus territórios, oprimindo suas existências: “Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte, inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer” (Freire, 2011, p. 60).

Neste momento do extensionismo, bastante conectado ao fim da ditadura militar, a comunicação é assumida a partir dos processos participativos que possibilita ou que envolve a transformação social a partir de sua base. Se o modelo difusionista é marcado por uma visão macro e unidirecional, o modelo da transformação estrutural vê nos sujeitos sociais mais localizados, como agricultores e comunidades, a fonte do conhecimento e da informação. São as próprias comunidades que passam a elaborar conteúdos e reflexões sobre formas de gestão e técnicas agrícolas mais adequadas aos seus contextos, o que é narrado por estudos empíricos realizados nesse período, como sobre o uso do vídeo na

extensão rural de Santa Catarina (Holz, 1988) ou sobre a experiência de comunicação comunitária levada a cabo por pequenos agricultores em um distrito de Pelotas, no Rio Grande do Sul (Nunes; Gomes, 1988).

Cimadevilla (2012) aponta que a partir dos anos 1980, terceiro momento do extensionismo, há uma valorização dos estudos regionais e a defesa dos profissionais da extensão rural diante de um contexto de liberalismo econômico crescente. Também sublinha o papel da comunicação como caminho para pensar o desenvolvimento:

As perguntas buscam descobrir os pontos de contato entre a comunicação e o desenvolvimento rural. O que é comunicação rural?, pergunta-se o professor Juan Díaz Bordenave (1983). Que pode-se esperar dela? Qual é o perfil necessário do extensionista como um agente de mudança? Qual é o potencial dos meios orientados para o desenvolvimento? E qual é o papel do Estado no desenvolvimento? (Cimadevilla, 2012, p. 49).

Evidente que essa perspectiva deve ser compreendida como fruto de seu tempo: experiências de comunicação alternativa foram parte central da luta pela democracia, enfatizando a potência dos saberes populares como motor da mudança social. Isto se faz ver não apenas na concepção de comunicação que assume, mas nos próprios instrumentos e técnicas comunicacionais que preconiza.

A despeito de uma diferença radical entre os modelos em relação às ideias de desenvolvimento e de extensão, há que se apontar que também a vertente estrutural traz vícios de origem no que tange a comunicação. Também aqui a comunicação é despida de especificidades e

interpretada de modo reducionista, mas em outro aspecto, de acordo com a crítica de Oliveira (1988). Essa corrente interpretativa assume de pronto os meios de comunicação simplesmente como reflexo de disputas e articulações entre atores tidos como dominantes na sociedade. Nesse caso, os atores sociais aos quais se insta a participação parecem ter suas identidades congeladas, sendo presumidos quase que como desprovidos da capacidade de engajarem-se em disputas de poder com os próprios veículos, ainda que consideradas as assimetrias deste tipo de conflito.

Já nos anos 1990, há um certo encantamento pelas novas tecnologias e pela articulação interdisciplinar (Cimadevilla, 2012). Em relação ao desenvolvimento, amplia-se a preocupação ambiental e há mais espaço para se falar em agroecologia e agricultura familiar (como resposta ao modelo do monocultivo). Já em termos comunicacionais, as questões culturalistas ganham força, traçando conexões entre o local e global, e priorizando elementos contextuais. Com a internet, a extensão passou a ser vista como forma de interação, rompendo com “[...] dicotomias entre espaço rural e urbano, sociedade tradicional e moderna, sustentadas por anos nos projetos de desenvolvimento” (Guimarães; Silva, 2016, p. 60), revelando um modelo de extensão pluralista, no qual há uma construção coletiva de conhecimentos.

O último momento desse percurso é marcado pelas hibridações, segundo Cimadevilla (2012). Estamos vivendo em uma sociedade na qual abundam as informações e as combinações possíveis, sendo a problemática principal mais de ordem política do que, de fato, comunicacional. As ações de extensão ocorrem virtual e coletivamente, a

partir do uso intensivo das TICs, encurtando distâncias e permitindo a participação em tempo real com sujeitos localizados em diferentes espaços geográficos.

Contudo, é preciso lembrar que o acesso a tais tecnologias ainda é desigual no Brasil e afeta, sobretudo, as localidades mais distantes e com menor poder econômico. Nesse sentido, embora tais ferramentas facilitem o contato com diferentes serviços e permitam o diálogo com outros sujeitos, de modo a ampliar a capacitação e colaborar com a valorização da atividade do campo, são necessárias políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural na perspectiva do século XXI.

Um olhar integral sobre o que é, de fato, desenvolvimento — e se essa categoria ainda produz sentido do ponto de vista teórico e político — abarca questões identitárias e de reconhecimento, que extrapolam a perspectiva da eficiência. “Nessa sociedade, a inclusão de outros agentes — a mulher e os jovens na gestão da propriedade rural familiar — constitui-se uma das principais estratégias para o desenvolvimento rural, e nas quais as TICs exercem papel fundamental” (Guimarães e Silva, 2016, p. 72).

NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A trajetória do extensionismo brasileiro, conforme indicado na seção anterior, é marcada por deslocamentos em relação à interpretação do que seja a comunicação e a própria extensão rural. Do ponto de vista teórico e analítico, as reflexões sobre esse binômio encontraram seu auge entre as décadas de 1970 e 1980, o que coincide com o período no qual o Brasil também experimentava um processo de intensa transfor-

mação em seu meio rural. Dito isto, há que se considerar que são escassos os esforços recentes de conceituação acerca da comunicação rural, ainda que se proliferem os estudos empíricos acerca dessa temática sob a expressão *comunicação para o desenvolvimento*, que seguem a trajetória dos estudos que conectam comunicação e extensão.

Como observamos, a partir dos anos 1990, surge um novo período do extensionismo, associado à globalização, à crise ambiental e aos avanços tecnológicos e de informação, assim como as próprias concepções do espaço agrário (Callou, 2000). Este momento está conectado aos debates sobre a heterogeneidade do mundo rural e das ruralidades que o constituem (Brandenburg, 2018), desmontando a compreensão do rural meramente como um espaço produtivo monolítico. Em consonância à complexificação das interpretações sobre o rural e as ruralidades, também novas instituições e políticas emergem no âmbito da extensão rural, o que traz consigo perspectivas comunicacionais diferentes.

A Lei N° 12.188, de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), destaca como princípio, atrelados à extensão e comunicação rural, a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (Brasil, 2010). Logo, busca superar os modelos baseados na difusão de inovações, reconhe-

cendo os saberes e práticas locais, assim como a compreensão da comunicação como um processo circular (e não unidirecional), no qual os agricultores são sujeitos ativos.

Em sentido oposto à proposta de modernização da agricultura, a Pnater aponta para uma extensão que enfrente a crise socioambiental, decorrente dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais (Caporal; Ramos, 2006). Junto à perspectiva da sustentabilidade, evidencia-se a importância de uma gestão social que reconheça a relação dialética entre extensionista e agricultor, além da valorização das práticas aprendidas por meio da vivência no e com o campo. A centralidade na produtividade é deslocada para dar atenção ao aumento de renda das famílias e seu bem-estar.

Neste novo paradigma extensionista, tributário do modelo da transformação estrutural, o técnico é percebido como um mediador ou facilitador (Röling, 1994) — e não como aquele que detém o conhecimento científico que precisaria ser transmitido para que o camponês tivesse êxito. A persuasão, presente nos primórdios do difusionismo brasileiro, deixa de ter sentido quando a lógica é compartilhar modos de ser e fazer. Essa proposta horizontal de comunicação requer escuta e um outro entendimento dos papéis e das relações já consolidadas do que que significa a extensão rural.

Todo esse debate dialoga também com as mudanças no campo da Comunicação, que expandiu suas perspectivas teóricas, muito em função da renovação cada vez mais rápida das tecnologias e dos usos atribuídos a elas pelos sujeitos, e da necessidade de compreender públicos cada vez mais fragmentados e revestidos de múltiplas identi-

dades. Um exemplo disso é a própria delimitação do GP da Intercom sobre Desenvolvimento Regional e Local que reúne nas suas palavras-chave termos como *território*, *cultura*, *empreendedorismo social* e *economia criativa*. Além disso, Cavalcante e Nóbrega (2017) sinalizam que esse olhar também é pesquisado mais recentemente sob a expressão *comunicação para a mudança social*. Tais exemplos apontam para uma continuidade nos estudos de comunicação e extensão orientados para o desenvolvimento rural em diferentes áreas e espaços, inclusive com denominações divergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intensas intervenções que marcam a trajetória do meio rural brasileiro permitem enfatizar a importância da extensão e da comunicação, ainda que pontuando seus limites teóricos e institucionais. A importação de modelos extensionistas e teorias comunicacionais norte-americanos, nos anos de 1960, redundaram no modelo difusionista, cuja convivência com a manutenção do status quo não pode ser ignorada. As intensas críticas a ele, sobretudo provenientes de intelectuais e movimentos sociais latino-americanos, permitiram, a partir dos anos de 1980, a constituição de outra lógica de comunicação rural, fundada na participação e na escuta, com vistas à transformação estrutural.

Passados quase 50 anos, hoje novas tensões se impõem à comunicação rural. Por um lado, está a própria complexificação de quem são os atores e os espaços do rural no Brasil contemporâneo, que devem ser assumidos como dinâmicos e plurais. Por outro, desafios como a crise

ambiental e a persistência da desigualdade precisam ser levados em consideração ao traçarmos estratégias de comunicação que conectem os contextos locais às demandas de nosso tempo.

Para o futuro, também vale a pena acompanharmos os usos e possibilidades que as novas tecnologias de informação e comunicação engendram, especialmente a partir das cobranças por sustentabilidade e suas novas formas de governança. A expansão das novas plataformas de comunicação, que permitem de forma cada vez mais rápida a emissão de conteúdos por parte daqueles que antes eram apenas receptores, sublinha o caráter horizontal da extensão. Contudo, é preciso ponderar sempre as assimetrias de poder persistentes, que podem, inclusive, agravar a situação daqueles que estão à margem. Além disso, urge entendermos como o fenômeno da desinformação, presente em toda sociedade, atinge as práticas comunicacionais no campo.

REFERÊNCIAS

BERGER, C. A pesquisa em comunicação na América Latina: In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 241-277.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação rural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRAGA, G. M.; KUNSH, M. M. K. *Comunicação rural: discurso e prática*. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993.

BRASIL. *Lei nº 12.188*. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. PRONATER, 2010.

CALLOU, A. B. F. A pesquisa em comunicação rural na Intercom – 1991/2000. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, 2001.

CALLOU, A. B. F. Comunicação rural e a era tecnológica: tema de abertura. *Fractais*, Recife, n. 3, 2000.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*. 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1180525-Da-extensao-rural-convencional-a-extensao-rural-para-o-desenvolvimento-sustentavel-enfrentar-desafios-para-romper-a-inercia-1.html>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CAVALCANTE, R. M. B.; NÓBREGA, A. R. Comunicação como ferramenta para o desenvolvimento e a mudança social: estratégias de atuação no semiárido nordestino. *Comunicação & Inovação*, v. 18, n. 38, p. 16-32, 2017.

CIMADEVILLA, G. Breve histórico da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento. In: HEBERLÊ, A.; COSENZA, B.; SOARES, F. B. (org.). *Comunicação para o desenvolvimento*. Brasília: Embrapa, 2012.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FREIRE, P. *Comunicação ou extensão?* 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUIMARÃES E SILVA, M. A apropriação de TICS por extensionistas e agricultores familiares: uma leitura a partir da teoria da comunicação linear e em rede. In: VIZER, E. A.; BARICHELLO, E.; SILVEIRA, A. C. M. (org.). *Rural conectado: mídia e processos sociotécnicos no Brasil e Argentina*. Santa Maria: Facos-UFSM, 2016, p. 52-75.

HOLZ, C. O vídeo na extensão rural de Santa Catarina. In: SILVEIRA, M. A. da; CANUTO, J. C. (org.). *Estudos de comunicação rural*. São Paulo: Intercom: Loyola, 1988, p. 103-113.

JUNGES, M. A.; PELEGRINI, G. Os paradigmas da extensão rural na ação dos profissionais da EMATER/RS - ASCAR na região de Santa Rosa/RS. In: PELEGRINI, G.; SILVEIRA, J. P.; HILLESHEIM, L. P. (org.). *Rede Escola de Governo: especialização em desenvolvimento rural e agricultura familiar*. 1. ed. Frederico Westphalen: URI - Frederico Westphalen, 2014, v. 1, p. 215-223.

MELO, J. M. de. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

NUNES, L. N.; GOMES, J. C. C. Comunicação e organização comunitária. In: SILVEIRA, M. A. da; CANUTO, J. C. (org.). *Estudos de comunicação rural*. São Paulo: Intercom: Loyola, 1988, p. 69-88.

OLIVEIRA, V. de C. Questões metodológicas da comunicação rural: notas para um debate. In: SILVEIRA, M. A. da; CANUTO, J. C. (org.). *Estudos de comunicação rural*. São Paulo: Intercom: Loyola, 1988, p. 37-52.

RÖLING, N. Facilitating sustainable agriculture: turning policy models upside down. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (ed.). *Beyond farmer first: rural people's knowledge, agricultural research and extension practice*. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

SHIVA, V. *The violence of the Green Revolution: Third World agriculture, ecology and politics*. USA: University Press of Kentucky, 2016.

SILVA, M. I. G. da. *Programa Prosa Rural: (des)encontros entre a comunicação e extensão rural*. 2019. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27651/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB, 2004.